

Importantes transformações ocorreram na forma das cidades brasileiras, e também no pensamento produzido sobre elas, entre os anos de 1870 e 1930. Trata-se de período importante da história do país, que inclui a superação do escravismo, o início da industrialização e a decolagem do crescimento urbano. Ainda que tenha variado o grau com que as cidades brasileiras foram afetadas por esses processos no período em pauta, é fora de dúvida que eles acabaram afetando todo o conjunto urbano brasileiro pelo restante do século XX. Neste ensaio, procuramos discutir sucintamente algumas dessas transformações. O objetivo é encapsulá-las em algumas categorias de análise que, a nosso ver, permitem que compreendamos melhor essa época de transição do Brasil rural para o Brasil urbano-industrial.

Mercantilização: a formação de um mercado urbano de terras

Foi entre 1870-1930 que os processos capitalistas modernos firmaram-se solidamente nas cidades brasileiras. A nível da produção de mercadorias, foi nessa fase que as relações sociais de base capitalista se difundiram, substituindo aquelas que vigoraram em tempos anteriores. A escravidão urbana, já em decadência em meados do século XIX, esgotou-se rapidamente. O trabalho familiar ainda mostrou algum crescimento. Mas foram as relações de trabalho de tipo assalariado, capitaneadas pela produção industrial e pelo setor de serviços urbanos, aquelas que mais se expandiram nas cidades, tornando-as cada vez mais diferentes do campo, onde relações pretéritas de produção e de trabalho ainda mantiveram-se predominantes.

Foi nas cidades, e nesse período, que se verificou também uma outra faceta do enraizamento acelerado do capitalismo moderno. Trata-se da emergência de um mercado urbano de terras, que se estruturou primeiramente nas cidades que sofriam forte pressão imigratória (notadamente Rio de Janeiro e São Paulo), difundindo-se depois pelo restante das áreas urbanas.

Transações com terras e moradias tiveram lugar no Brasil desde o século XVI. O que ocorreu de novo no final do século XIX - e nas grandes cidades - foi que ambas transformaram-se rapidamente em ativo financeiro. Na esteira da redução da fricção do espaço, que bondes e trens proporcionavam, e do aumento da demanda por habitação, que o crescimento demográfico impunha, o retalhamento de terras se acelerou e a desconcentração urbana rapidamente se realizou, só que sob novas bases: transações com chácaras e lotes, antes realizadas principalmente em função de seu valor de uso, passaram a ser determinadas sobretudo pelo valor de troca. E algo mais ocorreu. O retalhamento deixou de ser produto da ação isolada de um proprietário fundiário que dividia sua chácara em poucos lotes urbanos. Surgiu a promoção fundiária em grande escala, representada por empresas capitalistas dedicadas à produção e comercialização de lotes urbanos, em muitos casos em estreita associação com o capital bancário.

Como resultado, grandes loteamentos surgiram na paisagem urbana, tanto para a burguesia em ascensão quanto para o proletariado em formação. Diferenciaram-se uns dos outros por sua localização no tecido urbano, já que as cidades maiores abandonaram de vez a estrutura urbana anterior e passaram a crescer segundo vetores de expansão distintos, separando usos e classes sociais no espaço. Diferenciaram-se também pelo produto oferecido, que passou a variar da alta qualidade dos bairros criados para os mais abastados, inspirados no modelo howardiano da cidade-jardim e grandemente beneficiados pelo Estado com infraestrutura, ao nada urbanístico oferecido nos loteamentos proletários. Agravou-se a partir daí o processo de acesso diferencial dos grupos sociais às benesses urbanas, o que exigiu que os mais pobres passassem a lutar cada vez mais para obter do poder público os benefícios que este, não raro antecipadamente, concedia aos bairros mais ricos.

A estruturação do mercado capitalista da habitação não se limitou, entretanto, à grande promoção fundiária, ainda que tenha sido essa a direção preferencial tomada pelo grande capital imobiliário até 1930. O rápido crescimento demográfico ofereceu também condições para o surgimento de um capital imobiliário mais modesto, em alguns lugares associado ao capital industrial, que produziu boa parte do estoque de habitações construído nessa época, simbolizado por vilas, avenidas e correres de casas.

(*) Departamento de Geografia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

abreu@igeo.ufrj.br

Crise e superação do pensamento sobre as cidades: do higienismo ao sanitarismo

A luta pela salubridade das cidades permeou também o período 1870-1930, e se constituiu, talvez, no denominador mais comum das cidades brasileiras nessa época. A partir de considerações de ordem higiênica, os núcleos urbanos herdados de tempos anteriores foram avaliados, criticados, repensados; muitos deles transformados. Por sua vez, a criação de novas cidades, e de novos arrabaldes nas cidades pré-existentes, foi guiada por preocupações semelhantes. É importante verificar, entretanto, que as considerações de ordem higiênica sofreram, nesse período, uma evolução bastante significativa: do higienismo passou-se ao sanitarismo.

Higienismo e sanitarismo são pensamentos que tratam a mesma questão de formas diferentes. O higienismo teve suas origens na obra de Hipócrates intitulada *Sobre os ares, as águas e os lugares*, e na sistematização desse pensamento feita pelo médico inglês Thomas Sydenham no século XVII. Tendo estudado a pandemia que afetou Londres na década de 1660, este autor ressuscitou o antigo conceito grego de *katastasis*, ou constituição epidêmica, e sugeriu que haveria uma relação íntima entre a "deterioração" ou "corrupção" do meio natural e o surgimento dos surtos epidêmicos. Dessa correlação foi sendo desenvolvida nos séculos seguintes uma teoria que atribuía ao meio ambiente, e muito especialmente à "corrupção" do solo, da água e do ar um papel fundamental na explicação da salubridade pública. Vilões número um a combater eram os miasmas, emanações etéreas que se originavam da putrefação de matéria orgânica (no solo e na água), e que eram espalhadas pelas correntes de ar. Para garantir a salubridade pública, e eliminar as epidemias que assolavam as cidades periodicamente, era fundamental, portanto, que se atacasse o mal pela raiz, isto é, que se eliminassem os focos de miasmas. Buscando atingir esse objetivo, os médicos deram então início à produção de "topografias" e "geografias" médicas, que identificavam os focos de miasmas; especial atenção foi dada aos mangues e pântanos, que foram então transformados em inimigos públicos número um.

O pensamento higienista sustentou a maior parte da reflexão urbana brasileira da segunda metade do século XIX. Em nome do combate aos miasmas, os sítios de inúmeras cidades, e as características de seus espaços construídos, começaram a ser detalhadamente analisados. Especial atenção foi dada ao Rio de Janeiro, capital do país e palco preferencial de epidemias de febre amarela. Seguindo preceitos que eram à época considerados científicos, os médicos não hesitaram em apontar soluções. As palavras de ordem emanaram do Rio de Janeiro, ricochetearam nas capitais provinciais, e acabaram por atingir também as cidades menores. Segundo os médicos, as epidemias poderiam ser contidas se algumas medidas profiláticas fossem tomadas: aterrar mangues, pântanos e brejos; arrasar colinas que impediam a livre circulação dos ventos; alargar ruas existentes e exigir que as novas se conformassem aos novos padrões; afastar as construções umas das outras; exigir que todos os cômodos das habitações tivessem janelas para o exterior; construir porões para separar a habitação do solo úmido; combater as habitações coletivas que a produção rentista de moradias disseminava pelas cidades; proibir enterros intra-muros; localizar adequadamente matadouros e fábricas que trabalhavam com matéria orgânica (de sabão e velas, curtumes, etc.); dar tratamento final adequado ao lixo e às "imundícies".

As prescrições urbanas do higienismo tiveram um importante papel normativo nas cidades brasileiras. Incorporadas aos códigos de posturas, muitos dos quais elaborados pelos próprios médicos, elas enquadraram o desenvolvimento de novos arrabaldes mas, é forçoso observar, pouco transformaram o espaço já construído, "corrupto e insalubre", herdado do período colonial. Isto não é de se estranhar. Em primeiro lugar, porque a transformação radical da forma urbana existente, que era, ao fim e ao cabo, o que o pensamento higienista preconizava, contrariou interesses constituídos, que passaram a embarçar o andamento de projetos que não lhe agradassem. Em segundo, porque tal transformação exigia um aporte de capital incomensurável com a capacidade de investimento ou de endividamento dos governos municipais, provinciais e imperial. Em terceiro, porque já se começava a duvidar da eficácia de tais prescrições: a verdade é que muitas cidades brasileiras, e muito especialmente o Rio de Janeiro, adotavam já há tempos uma série de medidas antimiasmáticas sem no entanto conseguirem estancar o ritmo de aparecimento das epidemias.

A revolução bacteriológica pasteuriana, que sacudiu a pesquisa médica a partir de 1880, desacreditou rapidamente os postulados do higienismo e, em especial, a teoria dos miasmas. De um momento para outro o meio ambiente deixou de ser o grande vilão da estória. Epidemias e doenças estavam agora diretamente vinculadas a organismos microscópicos transmitidos aos seres humanos por diversos vetores de contaminação, dentre os quais sobressaíam os insetos. Eram, pois, esses vetores que precisavam ser controlados e/ou eliminados. A bem sucedida operação mata-mosquito realizada em Havana na última década do século XIX, que estancou as epidemias de febre amarela que assolavam a capital cubana, tornou-se, neste sentido, paradigmática. Ela transformou-se num divisor de águas entre o higienismo, pensamento antigo sobre as cidades, não-científico e agora desacreditado, e um pensamento novo, sustentado pelas regras científicas do positivismo, que ficou conhecido como sanitarismo. Nessa mudança, mudaram também os atores do jogo urbano: saíram da ribalta os médicos e entraram os engenheiros.

Desde a década de 1880 que a engenharia vinha se impondo como saber moderno, acompanhando o processo de transformação estrutural da economia e sociedade brasileiras. Sendo o profissional que dominava os saberes que o avanço tecnológico impunha e o crescimento econômico do país exigia, o engenheiro passou a ser chamado a participar cada vez mais da discussão das "grandes questões nacionais". Mais do que tudo, entretanto, foi através das soluções que ofereceu aos problemas que afetavam a economia, ou que perturbavam a vida quotidiana das cidades, que a engenharia consolidou rapidamente o seu prestígio e influência no final do século XIX. Em contraposição aos médicos, os engenheiros ofereciam soluções técnicas de eficácia comprovada, e que podiam ser adotadas de imediato se para isso existissem recursos e vontade política.

A crise do higienismo fez com que, a partir do início do século XX, o verbo higienizar fosse rapidamente substituído no temário urbano pelo verbo sanear. Não se tratou apenas da mudança de uma palavra. Embutida na noção de saneamento estava toda uma nova forma de pensar a cidade, alçada agora ao nível de questão técnica e devidamente amparada pela ciência. Exemplos paradigmáticos da época de apogeu do positivismo no Brasil, os engenheiros fizeram então da cidade um palco preferencial de tradução de seus ideais científicos.

Intervenção: o tripé sanitário-circulação-estética

A partir do final do século XIX a cidade começou a ser cada vez mais pensada como uma grande engrenagem. A dinâmica dos fluidos tornou-se o grande motor da reflexão e os conceitos de rede e de sistema impuseram-se como norteadores da intervenção dos engenheiros sobre o espaço urbano. A ordem era permitir a livre circulação dos fluxos e controlar o funcionamento dos fixos, ou pontos nodais. Diversos planos de melhoramentos começaram então a ser formulados, todos dando destaque ao saneamento (visto sobretudo em termos de drenagem urbana) e às redes de infraestrutura (circulação, iluminação pública, abastecimento d'água, esgotos sanitários, etc.). Especial atenção foi dada ao papel dos portos, nós viabilizadores das economias agroexportadoras regionais. À frente desse movimento, o Engenheiro Francisco Saturnino de Brito transformou-se nesse momento em figura central do pensamento urbano brasileiro.

Não bastava, entretanto, pensar a cidade como questão técnica. Havia também que pensá-la como questão estética. Desde meados do século XIX que as camadas mais abastadas da população sonhavam com a superação da paisagem herdada dos tempos coloniais - considerada pesada, suja e feia - e com sua substituição pelos modelos burgueses que emanavam de Paris. Não era, pois, suficiente pensar as cidades como engrenagem; havia também que transformar a sua imagem. Havia que embelezá-las, dotando-as de jardins públicos, que substituíssem os espaços áridos e sem vegetação dos largos e praças coloniais, apropriadamente chamados de "terreiros"; havia que enfeitá-las com estátuas e chafarizes; havia que dignificá-las com unidades construtivas monumentais.

A reforma urbana do Rio de Janeiro de 1902-1906 revestiu-se, nesse sentido, de roupagem paradigmática. Embora a tríplice preocupação sanitário-circulação-estética já tivesse guiado a construção de Belo Horizonte, cidade inaugurada em 1897 e não por acaso planejada por um engenheiro (Aarão Reis), foi no Rio que os engenheiros tiveram a primeira grande oportunidade de demonstrar como a engenharia poderia estar a serviço da sociedade. Ao contrário da nova capital mineira, construída praticamente do nada, o Rio era cidade antiga, prenhe de tudo aquilo que se criticava e que se almejava eliminar. O efeito-demonstração da reforma urbana carioca foi então enorme: num curto espaço de tempo, outras cidades deram início a seus ciclos de reformas, todas centradas no tripé sanitário-circulação-estética.¹

Pode-se afirmar que foi a partir dessas iniciativas que a prática do planejamento urbano teve início efetivo no país. Até 1930, entretanto, os planos foram essencialmente setoriais, ainda que às vezes tivessem o nome de gerais: tratavam da água, do esgoto, da circulação (destacando-se aí o Plano de Avenidas de São Paulo, cuja versão original é de 1924). Foi só em 1930 que surgiu o primeiro plano verdadeiramente integrado de desenvolvimento urbano do país, o Plano Agache para o Rio de Janeiro, que foi seguido por muitos outros pelo Brasil a fora, como foi o caso de Niterói (1930), Vitória (1931), Recife (1932 e 1936), Porto Alegre (final dos anos 30), etc.

Resta registrar que o pensamento transformador que se afirmou no Brasil urbano do início do século foi também um pensamento arrasador de formas pretéritas. O que se almejava naquele momento era uma nova cidade, funcionalmente adequada às exigências do que se chamava então de progresso. E o progresso tinha um preço, que os planejadores e administradores estavam muito contentes em pagar. Consequência inevitável da contradição entre forma e função em período de total desprezo pelo passado

¹ Sobre as reformas urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras vide o excelente trabalho coordenado por Maria Cristina da Silva Leme, *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*. São Paulo: Fupam/Studio Nobel, 1999

e de fé exacerbada no futuro, o ataque às heranças materiais dos tempos anteriores, ainda que potencializado em momentos posteriores, teve então início. Sítio original da cidade do Rio de Janeiro, o Morro do Castelo, por exemplo, foi arrasado em 1922 com a justificativa da melhoria da circulação viária e dos ventos na cidade, e para permitir a expansão da área central. O evento paradigmático foi, entretanto, a derrubada da quinhentista Sé Primacial do Brasil, que desapareceu da paisagem de Salvador em 1933 para que uma linha de bonde pudesse ser ampliada!

Esse processo de eliminação da paisagem herdada acabou sendo devastador para inúmeras cidades brasileiras, notadamente para São Paulo. Só há pouco tempo é que ele foi estancado. Transfigurado agora em "memória urbana", e transformado também em mercadoria, o passado das cidades brasileiras (ou o que sobrou dele) é hoje valorizado histórica, estética e comercialmente.

Controle e descontrole do espaço urbano

O período aqui estudado também se caracterizou por um controle crescente do espaço urbano pelo Estado. De início, tratou-se da mera continuação de um processo iniciado em períodos anteriores ao que vem sendo aqui discutido, e que se intensificou a partir da segunda metade do século XIX pela pressão exercida pelo pensamento higienista. Assim, às posturas urbanas herdadas do período colonial, que se limitavam quase sempre a normatizar a relação entre a casa e a rua (posturas sobre alinhamento das construções e cordeamento dos logradouros) foram acrescentadas outras que diziam respeito ao interior das habitações (normas quanto à ventilação e insolação dos cômodos, por exemplo). O que não mudou foi o que se tentava controlar: a habitação em si, sua funcionalidade e adequabilidade enquanto unidade construtiva.

Com o decorrer do período, entretanto, a ótica da normatização se transformou bastante. Sem se descuidar do controle da habitação em si, que continuou a crescer (exigência de licença para a construção, reconstrução, reforma ou acréscimo de prédios; definição de materiais de construção permitidos; exigência de plantas e de construtores legalmente habilitados; regulamentação de fachadas, empenas e recuos, etc.), a vigilância do Estado rapidamente ampliou o seu escopo e passou a abraçar todo o espaço urbano. De início, como já visto, esta ampliação vinculou-se à ação dos engenheiros que trabalhavam para o Estado e ao tratamento técnico que passaram a conferir à cidade. No final do período, entretanto, os controles ultrapassaram o nível das infraestruturas técnicas e se estenderam também a outras esferas, desencadeando processos vários que se materializaram com maior intensidade nas décadas seguintes.

Com efeito, os anos 20 registraram uma série de atos de normatização que tiveram enorme impacto no desenvolvimento posterior das cidades brasileiras. Em primeiro lugar, veio a regulamentação do concreto armado (1924 e 1925), que viabilizou um intenso processo de verticalização das cidades. A verticalização não teria sido possível, entretanto, se essa regulamentação não fosse acompanhada por normatizações relativas à propriedade urbana. Foi o que ocorreu em 1928, quando permitiu-se que uma edificação pudesse ser fracionada em diversas propriedades desde que tivesse, no mínimo, cinco pavimentos. São dos anos 20 também os primeiros códigos de zoneamento urbano, definidores dos usos permitidos nas diversas partes das cidades.

Concomitante a esse crescente controle do espaço urbano formal, verificou-se também nas primeiras três décadas do século XX, notadamente nas cidades que se industrializavam, uma progressiva perda de controle do Estado sobre as ações das populações mais pobres. No rastro da formação do proletariado urbano, eclodiram inúmeros movimentos contestatórios, que foram reprimidos violentamente por um Estado que considerava a questão social como questão de polícia. Mais bem sucedido no controle do movimento operário, o Estado entretanto não conseguiu, não pôde, ou não quis exercer o mesmo grau de controle sobre outros processos sociais urbanos: foi nessas três primeiras décadas do século que o processo de invasão de terras urbanas adquiriu importância nas cidades brasileiras, simbolizado pelo crescimento das favelas do Rio de Janeiro e pelos mocambos do Recife. Apesar de todo o controle urbanístico formal existente, foi também nesse período que começaram a surgir os loteamentos urbanos não regularizados, ambas as soluções servindo a uma força de trabalho cada vez mais atraída pelas cidades e incapaz de arcar aí com os custos de sua própria reprodução.

A Revolução de 1930 deu solução a alguns dos conflitos materializados nas décadas anteriores e amorteceu o potencial explosivo de outros. Com a instauração do novo regime, e com a afirmação do novo pacto de forças que ele trouxe, as cidades e as populações urbanas assumiram um grau de importância nunca antes verificado. A legislação de caráter social também surgiu mas, como beneficiou apenas os trabalhadores urbanos, criou uma clivagem rígida entre campo e cidade, que só seria eliminada em tempos posteriores.